

III CONGRESSO REGIONAL DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL



1º EDIÇÃO

ORGANIZADORES

Lara Lima Araújo

Cristiano Borges Lopes

Jordana Gonçalves Vilela Sousa

Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira



ORGANIZADORES:

LARA LIMA
CRISTIANO BORGES LOPES
JORDANA GOLÇALVES VILELA SOUSA
REBECA ALVES FERREIRA NERY MOREIRA

CRÉDITOS DE PUBLICAÇÃO

Editora – Chefe:

Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira

Projeto Gráfico:

Marlison Kawan Dias Oliveira

Diagramação:

Cristiano Borges Lopes

Revisão:

Os Autores

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ginecologia e obstetrícia baseadas em evidências :
abordagem multiprofissional [livro eletrônico] /
organizadores Lara Lima Araújo...[et al.]. --
1. ed. -- Baixio, CE : Editora Intellectus,
2025.
PDF

Outros organizadores: Cristiano Borges Lopes,
Jordana Gonçalves Vilela Sousa, Rebeca Alves Ferreira
Nery Moreira.

Bibliografia.
ISBN 978-65-986775-5-8

1. Ginecologia 2. Medicina baseada em evidências
3. Obstetrícia I. Araújo, Lara Lima. II. Lopes,
Cristiano Borges. III. Sousa, Jordana Gonçalves
Vilela. IV. Moreira, Rebeca Alves Ferreira Nery.

25-324303.2

CDD-618

NLM-WQ 018

Índices para catálogo sistemático:

1. Ginecologia e obstetrícia 618

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427





CONSELHO EDITORIAL

Inaldo Kley do Nascimento Moraes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Francisco Ronner Andrade da Silva
Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM)

Rodrigues Martins de Jesus
Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Érika Roberta Soares Lopes
Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Pedro Jonathan Sousa Araujo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Xênia Maria Fideles Leite de Oliveira
Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Jordana Gonçalves Vilela Sousa
Sílvia Maria Muniz de Barros
Tallyta Veras Rodrigues
Lara Lima Araújo

Edilene dos Santos Celestino
Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira
Cristiano Borges Lopes

MONITORES

Ana Clara Queiroz da Cruz
Beatriz Neves Guedes
Camila de Cintra Reis
Êmily Estéfane Gomes da Silva
Giovanna Abe Rodrigues de Melo
Jamilly Ferreira da Silva
Marcelo de Araújo Lopes Júnior
Maria Clara Saraiva Luz
Maria Mileny Alves de Lima
Maria Mileny Alves dos Santos

Maryana Viana dos Santos
Nathália Almeida de Araújo
Pedro Henrique da Costa Lima
Regiane Maria Gomes Sousa
Talita Kele Rodrigues Mendes
Valcilene Pires Xavier
Vanessa Tavares Leonardo de Barros
Vitor Menezes dos Santos
Vitória de Souza Moretto
Vitória Wagner Yi

AVALIADORES

Francisco Ronner Andrade da Silva
Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira
Pedro Jonathan Sousa Araujo
Laíza Helena Viana
José Gerefson Alves

APRESENTAÇÃO

O III Congresso Regional de Ginecologia e Obstetrícia consolida-se como um relevante espaço de produção científica, atualização profissional e compartilhamento de saberes voltados à saúde da mulher, em suas múltiplas dimensões. Este e-book, intitulado ***GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL***, expressa o compromisso dos organizadores e colaboradores com a difusão do conhecimento científico qualificado, ético e alinhado às melhores evidências disponíveis.

A obra reúne capítulos que abordam temáticas atuais e essenciais da Ginecologia e da Obstetrícia, contemplando desde aspectos clínicos e assistenciais relacionados ao ciclo gravídico-puerperal, saúde reprodutiva e ginecológica, até discussões ampliadas sobre humanização do cuidado, segurança do paciente, tecnologias em saúde e desafios contemporâneos da prática profissional. Os estudos apresentados refletem o esforço coletivo de pesquisadores, docentes e profissionais da saúde em fortalecer práticas fundamentadas em evidências científicas, sensibilidade humana e responsabilidade social.

Destaca-se, ao longo da obra, a importância da atuação multiprofissional como eixo estruturante da qualidade assistencial, evidenciando a integração entre enfermagem, medicina, psicologia, fisioterapia e demais áreas da saúde. Essa diversidade de olhares e saberes amplia a compreensão do cuidado integral à mulher, reconhecendo seus aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais.

Esta publicação reafirma o compromisso da Editora Intellectus e da Comissão Organizadora do III Congresso Regional de Ginecologia e Obstetrícia com a promoção da ciência acessível e socialmente comprometida, valorizando cada autor que contribuiu para a construção desta edição. Espera-se que este e-book estimule reflexões críticas, fortaleça práticas baseadas em evidências e impulse avanços na assistência ginecológica e obstétrica.

Que esta obra seja não apenas uma fonte de consulta acadêmica, mas também um instrumento de aprimoramento profissional, capaz de inspirar um cuidado mais qualificado, humanizado e comprometido com a saúde e a dignidade da mulher.

SIGA AS REDES DA EDITORA:

Instagram: @editoraintelectus

Site: www.editoraintelectus.com.br

Youtube: <https://www.youtube.com/@editoraIntellectus>

DIREITOS AUTORAIS

A Editora Intellectus declara que a presente publicação do E-book representa uma cessão temporária e não exclusiva dos direitos autorais, limitada à divulgação científica do trabalho apresentado durante o congresso. A organização do evento e os responsáveis pela publicação dos Anais não assumem responsabilidade solidária pela autoria, originalidade ou conteúdo dos materiais publicados, conforme previsto na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), no artigo 184 do Código Penal e no artigo 927 do Código Civil.

Os autores permanecem detentores dos direitos morais sobre suas obras, sendo incentivados a divulgar seus trabalhos em repositórios institucionais e bases de dados científicas, desde que respeitados os critérios de atribuição de autoria e citação da edição original no E-book: **“GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL”**. Ressalta-se que essa divulgação deve ser realizada sem fins lucrativos ou comerciais.

O e-book é de acesso aberto (open access) e, por isso, não é comercializado em nenhum meio, seja físico ou digital. Dessa forma, não há repasse financeiro de direitos autorais aos autores, uma vez que a publicação possui finalidade exclusivamente científica e educativa. Essa política visa ampliar o acesso ao conhecimento, favorecer a democratização da ciência e estimular a disseminação de evidências científicas entre profissionais, estudantes e pesquisadores da área da saúde. Além disso, reforça o compromisso ético da obra com a formação contínua e a qualificação das práticas assistenciais.

O conteúdo dos artigos publicados, bem como a forma, a correção e a confiabilidade das informações, são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora Intellectus. É permitido o download e o compartilhamento desta obra, desde que sejam atribuídos os devidos créditos aos autores e à Editora, sendo vedadas quaisquer alterações no conteúdo ou sua utilização para fins comerciais.

Todos os manuscritos incluídos nesta publicação foram previamente submetidos a um processo de avaliação cega por pares, conduzido por membros do Conselho Editorial da Editora Intellectus. A aprovação para publicação foi baseada em critérios rigorosos de neutralidade e imparcialidade acadêmica, garantindo a qualidade e a integridade científica das contribuições apresentadas.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA INFERTILIDADE FEMININA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA | 7 |
| CÂNULA NASAL DE ALTO FLUXO COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA À INTUBAÇÃO OROTRAQUEAL EM LACTENTES | 16 |
| CÂNCER GINECOLÓGICO E RASTREAMENTO PRECOCE: PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE PÚBLICA | 24 |
| O IMPACTO DO EXERCÍCIO FÍSICO AERÓBICO NA GESTAÇÃO | 34 |
| ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL A PORTADORAS DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO (SOP) | 39 |
| SILÊNCIOS GINECOLÓGICOS: ENTRE O DIREITO E A AUSÊNCIA DE CUIDADO | 54 |
| DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM SAÚDE PÚBLICA NA INFERTILIDADE E REPRODUÇÃO ASSISTIDA | 61 |
| IMPACTO DA PORNOGRAFIA NO PRAZER FEMININO | 67 |
| DESAFIOS DO CUIDADO DE ENFERMAGEM À MULHER VIVENDO COM HIV: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE VULNERABILIDADE, MATERNIDADE E ESTIGMA..... | 73 |
| ESTRATÉGIAS MULTIPROFISSIONAIS NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST) EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA | 81 |
| FATORES QUE INFLUENCIAM NA PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST) EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... | 87 |
| HESITAÇÃO FEMININA NA REALIZAÇÃO DO EXAME CITOPATOLÓGICO: REVISÃO INTEGRATIVA | 93 |
| O FENÔMENO DAS INDICAÇÕES “FAKES” DE CESARIANA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA..... | 99 |
| O IMPACTO PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MULHER E A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO PARTO HUMANIZADO BASEADO EM EVIDÊNCIAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA | 106 |
| SAÚDE DA MULHER NEGRA E SEUS DETERMINANTES SOCIAIS PARA A OCORRÊNCIA DE CÂNCER DE COLO DO ÚTERO: UMA REVISÃO LITERÁRIA | 113 |
| PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA A QUALIDADE DE VIDA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA | 121 |
| SAÚDE DA MULHER E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: DESAFIOS NO CONTEXTO DO SUS | 1 |
| EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER..... | 9 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE REPRODUTIVA NO CONTEXTO DO SUS | 17 |
| PROMOÇÃO DA SAÚDE REPRODUTIVA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE..... | 25 |
| DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM..... | 33 |

CAPÍTULO 19

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE REPRODUTIVA NO CONTEXTO DO SUS

PUBLIC POLICIES ON REPRODUCTIVE HEALTH IN THE CONTEXT OF THE SUS

João Victor Oliveira Andrade

Enfermeiro pela Centro universitário de Patos – UNIFIP, Patos, Paraíba, Brasil. Pós-Graduado em Unidade de Terapia Intensiva.

E-mail: joaoandrade@enf.fiponline.edu.br

Ramon Figueiredo Sampaio

Médico, Ginecologista e Obstetra pela Universidade do Estado do Pará – UEPA.

Email: ramonfsampaio8@gmail.com

Andréia Rosa da Rocha

Graduada em Serviço Social pela Universidade Paulista, UNIP, Brasil.

Email: andreyarosa@hotmail.com

Alcimaria Silva dos Santos

Enfermeira, Obstetra pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Caxias, Brasil.

E-mail: alcimarias@hotmail.com

Cristiano Borges Lopes

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral –Ceará, BRASIL.

E-mail: cristianoborgeslopes@gmail.com

Jordana Gonçalves Vilela Sousa

Graduanda em Medicina pela Universidad Privada del Este.

E-mail: jordanagvsousa@hotmail.com

Lara Lima Araújo

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral –Ceará, BRASIL.

E-mail: larialima312182@gmail.com

Tallyta Veras Rodrigues

Enfermeira pela Faculdade 05 de Julho – F5.

E-mail: tallytarodrigues099@gmail.com

Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira

Enfermeira Faculdade São Francisco da Paraíba –FASP, Cajazeiras – Paraíba, BRASIL. Especialista em Saúde da Mulher pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI,ES, Brasil.

E-mail: rebecafnery@outlook.com

DOI: 10.36599/intele-978-65-986775-5-8_019

RESUMO

Introdução: A saúde reprodutiva constitui um direito humano fundamental e um componente central da atenção integral à saúde, sendo contemplada por diversas políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A consolidação dessas políticas representa um avanço na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da população brasileira. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa e caráter descritivo, realizada por meio de buscas nas bases de dados LILACS, SciELO, PubMed e Scopus. Utilizaram-se descritores controlados do DeCS combinados por operadores booleanos, considerando artigos publicados entre 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, conforme critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. **Resultados e discussão:** Os achados evidenciaram que o Brasil possui um arcabouço normativo consistente voltado à saúde sexual e reprodutiva, com destaque para a atuação da Atenção Primária à Saúde na organização das ações de planejamento familiar, educação em saúde e prevenção de agravos. Entretanto, a literatura aponta desafios relacionados às desigualdades regionais, limitações estruturais dos serviços e fragilidades na qualificação dos profissionais de saúde, comprometendo a efetividade das políticas. **Conclusão:** Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, a consolidação das políticas públicas de saúde reprodutiva no SUS requer investimentos contínuos em gestão, educação permanente e monitoramento das ações, visando à promoção da equidade e da integralidade do cuidado à população.

Palavras-chave: Saúde Reprodutiva; Atenção Integral à Saúde; Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

Introduction: Reproductive health is a fundamental human right and a key component of comprehensive health care, addressed through several public policies within the Brazilian Unified Health System (SUS). The consolidation of these policies represents an important advance in guaranteeing sexual and reproductive rights. **Methodology:** This study is a qualitative, descriptive integrative literature review conducted through searches in the LILACS, SciELO, PubMed, and Scopus databases. Controlled DeCS descriptors combined with Boolean operators were used, including articles published between 2021 and 2026 in Portuguese and English, according to predefined inclusion and exclusion criteria. **Results and Discussion:** The findings showed that Brazil has a solid normative framework for sexual and reproductive health, highlighting the central role of Primary Health Care in organizing family planning actions, health education, and disease prevention. However, persistent challenges were identified, such as regional inequalities, structural limitations of health services, and gaps in professional training, which negatively affect policy effectiveness. **Conclusion:** It is concluded that, despite normative advances, strengthening public reproductive health policies within the SUS requires continuous investment in management, professional education, and systematic monitoring to ensure equitable access and comprehensive reproductive health care for the population.

Keywords: Reproductive Health; Comprehensive Health Care; Unified Health System.

INTRODUÇÃO

A saúde reprodutiva constitui um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde integral, sendo reconhecida como um direito humano essencial (Sturza; Nielsson; Carrion, 2021). Esse conceito envolve não apenas a ausência de doenças, mas também o bem-estar físico, mental e social relacionado à vida reprodutiva, incluindo o direito à informação, ao planejamento familiar e ao acesso a uma atenção segura e de qualidade (Brasil, 2013).

No contexto brasileiro, a consolidação da saúde reprodutiva como direito social está diretamente relacionada à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O SUS fundamenta-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, garantindo à população o acesso a ações e serviços de saúde, inclusive aqueles voltados à saúde sexual e reprodutiva (Brasil, 1988).

Ao longo das últimas décadas, diversas políticas públicas foram formuladas com o objetivo de fortalecer a atenção à saúde reprodutiva, destacando-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e as diretrizes de planejamento familiar (Gadelha *et al.*, 2025). Essas iniciativas buscam assegurar a autonomia reprodutiva, a prevenção de agravos, a redução da mortalidade materna e a ampliação do acesso a métodos contraceptivos no âmbito da Atenção Básica (Pereira *et al.*, 2025).

Entretanto, estudos apontam que a implementação dessas políticas ocorre de forma heterogênea no território nacional, sendo influenciada por desigualdades regionais, limitações estruturais dos serviços de saúde e fragilidades na capacitação dos profissionais. Tais desafios comprometem a efetividade das ações e dificultam a garantia plena dos direitos reprodutivos no âmbito do SUS (Canevari; Canevari, 2024; Silva *et al.*, 2025).

Além disso, a Atenção Primária à Saúde desempenha papel estratégico na operacionalização das políticas públicas de saúde reprodutiva, uma vez que se configura como a principal porta de entrada do sistema de saúde (Carvalho; Rezende, 2025). A atuação das equipes multiprofissionais, especialmente da enfermagem, é essencial para o desenvolvimento de ações educativas, o acompanhamento do planejamento reprodutivo e o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários (Labis; Silva; Guerreiro, 2025).

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar como as políticas públicas de saúde reprodutiva vêm sendo implementadas no contexto do SUS e quais impactos produzem na qualidade da atenção ofertada. A compreensão desses aspectos pode subsidiar o aprimoramento das estratégias de cuidado, contribuindo para a efetivação dos princípios do sistema e para a promoção da saúde reprodutiva de forma equânime e integral.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, do tipo descritiva. O processo metodológico prevê a identificação de Práticas Baseadas em Evidências (PBE), cuja execução promove a qualidade da assistência, assegurando métodos de tratamento resolutivos e diagnóstico precoce (Schneider; Pereira; Ferraz, 2020). A utilização da estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação e Outcomes), para a formulação da pergunta norteadora da pesquisa resultou nos seguintes questionamentos: “Como as políticas públicas de saúde reprodutiva têm sido implementadas no âmbito

do Sistema Único de Saúde e quais os seus impactos no acesso e na qualidade da atenção à saúde da população em idade reprodutiva?”.

Quadro 1: Aplicação da estratégia PICO para a revisão integrativa da literatura.

| ACRÔNIMO | DEFINIÇÃO | APLICAÇÃO |
|----------|-----------|---|
| P | População | Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco em homens, mulheres e pessoas em idade reprodutiva. |
| I | Interesse | Políticas públicas de saúde reprodutiva. |
| C | Contexto | Ausência, fragilidade ou implementação parcial das políticas públicas. |
| O | Abordagem | Ampliação do acesso, promoção dos direitos reprodutivos e melhoria da qualidade da atenção à saúde reprodutiva. |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Este estudo seguiu uma metodologia organizada em cinco etapas distintas: (1) busca literária, através de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) em associação com o uso dos conectores booleanos, (2) início da coleta de dados e aplicação dos filtros, (3) análise de título e resumo, (4) leitura na íntegra e interpretação dos estudos selecionados e (5) divulgação dos estudos incluídos na pesquisa.

O período de coleta de dados foi realizado no período do mês de janeiro de 2026, e envolveu a exploração de diversas bases, tais como a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e SciVerse Scopus (Scopus). A estratégia de busca empregada combinou Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* (DeCS/MeSH) utilizando o operador booleano *AND*, seguindo uma abordagem específica: “"Saúde Reprodutiva" *AND* "Atenção Integral à Saúde" *AND* "Sistema Único de Saúde"”, resultando em um conjunto inicial de 684 trabalhos.

Foram estabelecidos critérios específicos para inclusão dos estudos, considerando artigos completos publicados nos últimos cinco anos (2021-2026), redigidos em inglês ou português. Uma análise detalhada dos títulos e resumos foi realizada para uma seleção mais apurada, seguida pela leitura completa dos artigos elegíveis, excluindo teses, dissertações, revisões e aqueles que não se alinhavam aos objetivos do estudo. Artigos duplicados foram descartados, resultando na seleção de 314, dos quais apenas 10 atenderam plenamente aos critérios estabelecidos após uma triagem mais criteriosa.

O Comitê de Ética em Pesquisa não foi envolvido neste estudo, uma vez que não houve pesquisas clínicas com animais ou seres humanos. Todas as informações foram obtidas de fontes secundárias e de acesso público.

Quadro 2: Estratégias de busca utilizadas nas bases de dados

| BASES DE DADOS | DESCRITORES | TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS |
|--|---|-------------------------------|
| LILACS, SciELO, PUBMED/MEDLINE E SCOPUS. | "Saúde Reprodutiva" AND "Atenção Integral à Saúde" AND ("Sistema Único de Saúde". | 10 |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da literatura analisada evidenciam que as políticas públicas de saúde reprodutiva no Brasil representam avanços significativos na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente após a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a saúde reprodutiva passou a ser reconhecida como um direito humano fundamental, alinhado aos princípios da dignidade humana, da autonomia e da equidade, contribuindo para o fortalecimento do cuidado integral à população em idade reprodutiva (Teodoro *et al.*, 2021).

Nesse contexto, no âmbito do SUS, estudos publicados em periódicos científicos demonstram que as diretrizes voltadas à saúde sexual e reprodutiva exercem papel central na organização das ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde. Tais diretrizes orientam práticas como o planejamento familiar, o aconselhamento reprodutivo e a oferta de métodos contraceptivos, favorecendo a ampliação do acesso e a promoção da autonomia dos usuários. Ademais, a literatura evidencia que a sistematização dessas ações contribui para a integralidade do cuidado e para a efetivação dos direitos reprodutivos nos serviços públicos de saúde (Brandão; Cabral, 2021; Guedes; Raimundo; Bastos, 2021).

Entretanto, apesar dos avanços normativos e organizacionais, os estudos analisados apontam que a implementação das políticas públicas de saúde reprodutiva ocorre de forma desigual entre as diferentes regiões do país. Fatores como limitações estruturais, insuficiência de recursos materiais e humanos, além de fragilidades na gestão dos serviços, impactam negativamente a efetividade das ações, dificultando o acesso universal e integral à saúde sexual e reprodutiva (Figueiredo *et al.*, 2021).

Diante dessas desigualdades, outro aspecto relevante identificado refere-se ao papel da Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada do sistema. Evidências indicam que unidades básicas bem estruturadas, associadas à presença de equipes multiprofissionais capacitadas, favorecem a implementação das ações de planejamento familiar e do acompanhamento reprodutivo, fortalecendo o vínculo entre profissionais e usuários e ampliando a adesão às práticas de cuidado (Melo *et al.*, 2025).

Nesse cenário, a enfermagem destaca-se como categoria profissional estratégica na operacionalização das políticas de saúde reprodutiva. A atuação do enfermeiro por meio de ações educativas, aconselhamento reprodutivo e acompanhamento longitudinal contribui para a humanização do cuidado e para o fortalecimento da autonomia dos usuários. Estudos evidenciam que o vínculo

estabelecido entre enfermeiro e usuário é fundamental para a tomada de decisões informadas no campo da saúde sexual e reprodutiva (Bonan *et al.*, 2025).

No que se refere especificamente ao planejamento familiar, a literatura demonstra que sua efetivação na Atenção Básica está diretamente associada à prevenção de gestações não planejadas e à redução de agravos maternos e infantis. A ampliação do acesso a métodos contraceptivos, aliada às ações de educação em saúde, favorece a autonomia reprodutiva e contribui para a promoção da saúde no contexto comunitário, considerando diferentes faixas etárias e contextos socioculturais (Cargnin *et al.*, 2024; Sousa *et al.*, 2024).

Todavia, apesar dos avanços observados, persistem desafios relacionados à qualificação profissional e à incorporação de tecnologias e estratégias inovadoras no cuidado em saúde reprodutiva. A literatura aponta que a ausência de capacitações contínuas e de políticas integradas compromete a integralidade da assistência, reforçando a necessidade de investimentos na formação e atualização permanente dos profissionais de saúde (Melo *et al.*, 2022).

Dessa forma, os resultados indicam que, embora as políticas públicas de saúde reprodutiva no Brasil estejam fundamentadas em marcos legais e diretrizes consolidadas, sua efetividade depende da superação de desafios estruturais, organizacionais e formativos. O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, aliado à atuação multiprofissional qualificada, mostra-se essencial para garantir a concretização dos direitos reprodutivos e a promoção de uma assistência equânime e integral no âmbito do SUS (Gonzaga, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que as políticas públicas de saúde reprodutiva no âmbito do Sistema Único de Saúde configuram-se como instrumentos essenciais para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da população. O arcabouço normativo brasileiro demonstra alinhamento com princípios constitucionais e diretrizes internacionais, ao priorizar a integralidade do cuidado, a equidade no acesso e a promoção da autonomia reprodutiva ao longo do ciclo de vida.

Entretanto, os achados revelam que a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos. As desigualdades regionais, as limitações estruturais dos serviços e as fragilidades na qualificação profissional comprometem a implementação homogênea das ações, especialmente na Atenção Primária à Saúde, que se configura como principal porta de entrada do sistema. Nesse contexto, a atuação das equipes multiprofissionais, com destaque para a enfermagem, mostra-se fundamental para a consolidação de práticas educativas, do planejamento familiar e do cuidado humanizado.

Diante disso, torna-se imprescindível o fortalecimento das políticas públicas de saúde reprodutiva por meio de investimentos contínuos em gestão, educação permanente e monitoramento das

ações. A ampliação do acesso, associada à qualificação dos profissionais e à organização dos serviços, pode contribuir para a efetivação dos direitos reprodutivos e para a promoção de uma assistência equânime e integral. Espera-se que este estudo subsidie reflexões e estratégias voltadas ao aprimoramento das práticas em saúde reprodutiva no SUS.

REFERÊNCIAS

BONAN, C. *et al.* Cuidado integral às situações de aborto na Atenção Primária à Saúde no SUS: desafios, perspectivas e caminhos. **Saúde e Sociedade**, v. 34, n. 4, 2025.

BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. DA S. Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2673–2682, jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Cadernos de Atenção Básica, nº 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

CANEVARI, R.; CANEVARI, J. A convergência entre saúde pública, direitos humanos e ética: desafios e perspectivas na implementação de programas de saúde pública no Brasil. **Aracê**, v. 6, n. 4, p. 11849–11860, 5 dez. 2024.

CARGNIN, A. V. E. *et al.* Análise da tendência temporal de nascidos vivos considerando a idade reprodutiva durante a gestação. **Rev Rene**, v. 25, p. e93011, 29 abr. 2024.

CARVALHO, T. C. P. DE.; REZENDE, C. L. Vivência acadêmica no planejamento familiar: relato de experiência na UBS Ramão Vieira. **Lumen et Virtus**, v. 16, n. 51, p. e7688, 29 ago. 2025.

FIGUEIREDO, R. *et al.* Atenção à saúde sexual e reprodutiva. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 22, n. 2, p. 76–95, 30 dez. 2021.

GADELHA, G. G. R.. S. *et al.* Planejamento familiar e saúde reprodutiva: Prevenção de gestações não planejadas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 3, p. 2135–2152, 29 mar. 2025.

GONZAGA, P. R. B. Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: Urgências para a Formação Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, 2022.

GUEDES, K. F.; RAIMUNDO, V. K.; BASTOS, S. H. Saúde reprodutiva e o acesso a contraceptivos no contexto da pandemia de covid-19. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 22, n. 2, p. 96–105, 30 dez. 2021.



LABIS, E. R. F.; SILVA, G. P. DA; GUERREIRO, T. S. B. A importância do vínculo entre a gestante e o enfermeiro no âmbito da atenção primária em saúde. **Revista Foco**, v. 18, n. 12, p. e10935, 8 dez. 2025.

MELO, L. B. *et al.* Investigação do planejamento familiar entre mulheres em tempos de pandemia da Covid-19. *Revisa*, 2025;14(1): 1295-1310.

MELO, L. D. D. *et al.* Políticas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e universidades promotoras da saúde: reflexão teórica à luz da Teoria Transcultural. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 30, n. 1, p. e64543, 28 jul. 2022.

PEREIRA, F. M. *et al.* The importance of family planning in primary health care. **Seven Editora eBooks**, 24 jan. 2025.

SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERRAZ, L. Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2020.

SILVA, Í. DE. S. *et al.* Avanços e Desafios para a Estruturação de uma Política de Saúde Digital no Brasil: uma Análise Documental. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 16, n. 9, p. e5201, 8 set. 2025.

SOUSA, M. A. DE. *et al.* Fatores individuais, familiares e comunitários associados ao uso de contracepção de emergência por adolescentes escolares brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 11, 2024.

STURZA, J. M.; NIELSSON, J. G.; CARRION, L. G. Z. A saúde sexual e reprodutiva das mulheres na dimensão dos direitos humanos: a busca ao reconhecimento. **Revista Meritum**, v. 16, n. 3, p. 83-99, 2021.

TEODORO, L. P. P. *et al.* Só engravida quem quer? Práticas educativas nas ações de planejamento reprodutivo. **Saúde e Pesquisa**, v. 14, n. 4, 19 jan. 2021.